



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS - CECH
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA - DS**

Primeiro Comando da Capital e seu fortalecimento nacional

ARIANE VICENTE

São Carlos
2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS - CECH
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA - DS

ARIANE VICENTE

Primeiro Comando da Capital e seu fortalecimento nacional

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos como parte dos requisitos para obtenção do título de bacharel em Ciências Sociais com ênfase em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Fábio José Bechara Sanchez

São Carlos-SP
2024

RESUMO

Em 1993 o estado de São Paulo vivenciou a expansão de uma facção criminosa denominada Primeiro Comando da Capital (PCC), sendo esta responsável por muitas das rebeliões que o sistema prisional brasileiro já passou, sempre com inúmeras mortes e exigências de segurança para os presos. A partir disso, este trabalho tem o objetivo de dissertar acerca da violência urbana presente ainda nos dias atuais, e como as facções criminosas estão ligadas a este problema. A metodologia utilizada baseia-se na revisão bibliográfica sobre o tema. Observa-se, com os resultados obtidos, que a criminalidade no sistema prisional e a formação de facções como o PCC e o Comando Vermelho (CV) demonstram-se fortes, com líderes, diversos membros, estatutos e atividades bem distribuídas, logo fica evidente que a violência urbana passa por estas organizações que muitas vezes comandam rotas de drogas e utilizam da morte como forma de medo e respeito perante seus líderes.

Palavras-chave: PCC. CV. Violência Urbana. Criminalidade.

ABSTRACT

In 1993, the state of São Paulo went through the expansion of a criminal organization named Primeiro Comando da Capital (PCC), which was responsible for many of the rebellions experienced by the Brazilian prison system, always causing countless deaths and safety demands for the inmates. According to this, the goal of this study is to discuss the urban violence seen in the 80's decade, still prevailing nowadays, and how criminal organizations are linked to this problem. The methodology used is based on bibliographical review, so that the search of studies on this theme is efficient and relevant. It is noticeable, with the obtained data, that prison system's criminality and the emergence of gangs like PCC and Comando Vermelho (CV) prove to be strong, with defined leadership, numerous members, statutes and well distributed activities. It soon comes clear that urban violence goes through these organizations, which usually control drug smuggling routes and make use of death as means of fearing and respecting their leaders.

Keywords: PCC. CV, urban violence, crime.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente à minha família, aos meus pais Carolina e Valderil por me oferecerem todo o suporte financeiro e emocional para minha permanência e conclusão do curso, pelo carinho e amor incondicional oferecido ao longo de toda minha vida. À minha irmã, Patricia, pelo persistente incentivo aos meus estudos e desenvolvimento acadêmico, assim como todo meu desenvolvimento pessoal. Ao meu irmão, Diego, por sempre estar disposto a me ajudar em todas as fases da minha vida. Ao meu companheiro Daniel, que além de me oferecer todo o suporte para a conclusão deste trabalho, trouxe cuidado e alegria para que eu pudesse enfrentar todas as dificuldades desse período. Todos vocês são pessoas que me inspiram a sempre enxergar o melhor da vida.

Ao meu orientador, Fábio José Bechara Sanchez, pelo acolhimento e ajuda que possibilitaram a finalização desse trabalho. A todos os professores dos departamentos de Sociologia e Ciências Sociais da UFSCar que fizeram parte da minha formação acadêmica, em especial aos professores Gabriel Feltran, Jorge Leite, Vera Cepêda e Jacqueline Sinhoretto. Através de conversas e contribuições diretas e indiretas, tive um enorme crescimento intelectual.

À minha família construída aqui, Sheldon, Doisberto, Xuxa, Nardoni, Lívia, Boy, Poli, Pedro, Djalma, Gustavo, Bibi, Vanessa, Salsicha, Helena, Pato, Louise, Acosta e aos que já vieram de antes, Isabelly e Cauê. Sem vocês minha experiência em São Carlos não teria sido a mesma, obrigada pelos momentos de conversas, acolhimentos, conselhos e companhia que nada e nem ninguém poderiam ter feito melhor, nem de maneira tão espetacular e importante. Agradeço às Repúblicas Etanóis, Green House e Paracetamal pelos ótimos momentos compartilhados.

Sou totalmente agradecida ao Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), sem ele minha permanência ao longo do curso não seria possível, a conquista desse programa possibilitou que o sonho do ensino superior de qualidade fosse possível.

Por fim, à Universidade Federal de São Carlos, pelo acolhimento, pela educação de qualidade, por construir espaços tão diversificados e promover trocas fundamentais ao meu desenvolvimento como profissional, cidadã e pesquisadora.

Dedico esse trabalho a quem, como eu, convive com a inquietude das movimentações da sociedade, invisíveis a quem não se utiliza das ferramentas construídas pela sociologia.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|---|----|
| Figura 1 – Expansão do PCC no Brasil em 2018 | 25 |
| Figura 2 – Rota de tráfico do PCC (2016-2020) | 26 |

LISTA DE SIGLAS

BAND – Rede de Televisão Bandeirantes

CV – Comando Vermelho

PCC – Primeiro Comando da Capital

RDC – Regime Disciplinar Diferenciado

SUMÁRIO

| | | |
|----------|---|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO | 10 |
| 2 | REVISÃO BIBLIOGRÁFICA | 13 |
| 2.1 | SURGIMENTO DO PCC | 13 |
| 2.2 | MEGA-REBELIÕES NO ESTADO DE SÃO PAULO E O PCC | 14 |
| 2.3 | FACÇÃO DENTRO DO SISTEMA PRISIONAL | 16 |
| 2.4 | EXPANSÃO PELO BRASIL | 18 |
| 2.5 | UNIÃO COM O COMANDO VERMELHO (CV) | 20 |
| 3 | RESULTADOS | 22 |
| 3.1 | PCC E SUAS CONSEQUÊNCIAS | 22 |
| | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 28 |
| | REFERÊNCIAS | 29 |

1. INTRODUÇÃO

Para fins desse trabalho, optamos por abordar a questão da violência urbana contextualizada no Brasil, para chegarmos ao aparecimento de facções que se estruturaram e estabeleceram seus próprios códigos morais, alterando a dinâmica e a percepção da violência pela comunidade civil.

A metodologia utilizada neste trabalho baseia-se em uma revisão bibliográfica sobre a forma como ocorreu a nacionalização do Primeiro Comando da Capital (PCC) e seu fortalecimento, buscando entender e analisar quais fatores foram preponderantes.

Este tipo de revisão é interessante para o assunto, pois busca delimitar o problema do trabalho, traz uma busca concreta de dados, identifica trabalhos relevantes e já publicados, permitindo assim uma abordagem assertiva através de caminhos já percorridos, conseqüentemente pode-se analisar e discutir diferentes objetivos e teorias sobre o mesmo assunto através das discussões encontradas (BRIZOLA; FANTIN, 2016).

Deve-se encarar esta abordagem como extremamente relevante, afinal corrobora para que a pesquisa possa realizar contribuições sociais e metodológicas de fenômenos e problemas sociais (BRIZOLA; FANTIN, 2016).

Com isto em mente, foram realizados levantamentos bibliográficos em plataformas como Periódicos Capes ¹e *Google Acadêmico* ²em busca de referências sobre o tema, que auxiliassem neste trabalho de revisão bibliográfica, sendo os resultados e discussões apresentados na próxima seção.

A partir disso, pode-se mencionar como a violência é um problema social antigo, podendo ser individual ou coletiva, ocorrendo em diferentes épocas e contextos históricos, trazendo consigo questões sociais, de vulnerabilidade ou ainda de autoridade, logo há diversas formas de analisar este termo, dependendo da situação a ser analisada (ABRAMOVAY *et al*, 2002).

Segundo Buoro (1999) as práticas violentas estão na sociedade desde a Antiguidade, sendo algo já associado ao cotidiano, porém é perceptível que os índices foram aumentando com o passar do tempo e das novas situações apresentadas a

¹ <https://www-periodicos-capes-gov-br.ez31.periodicos.capes.gov.br/> Acesso em 15.08.2023.

² https://scholar.google.com.br/schhp?hl=pt-BR&as_sdt=0.5 Acesso em 15.08.2023.

cada contexto. Logo, a representação de violência é algo complexo, tratando-se de um recorte das relações sociais, das ações e do contexto que estão inseridas, portanto parte do pressuposto da percepção de cada um e do período histórico que cada situação se encontra (ABRAMOVAY *et al*, 2002; SILVA, 2004).

A partir da década de 80, a violência urbana passa a ser um tema significativo e de importância para debates públicos, principalmente pelas questões de insegurança relacionada a bens materiais e integridade física (SPOSITO, 2001; SILVA, 2004).

Vale ressaltar que no Brasil, as questões de violência podem estar relacionadas a uma cultura herdada, baseada em um passado não muito distante, do sistema escravocrata que perdurou por muito tempo no país, portanto quando iniciaram-se os processos de modernização da sociedade, a violência passou a ser vista como algo relevante, seja por meio do Estado ou até mesmo como objeto de estudo (HAYECK, 2009).

Sendo assim, segundo Silva (2004), há dificuldades neste entendimento e em como combatê-lo, seja pela ordem apresentada pelo Estado, onde denomina criminosos como pessoas que cometem atos ilícitos penais ou pela descrença da comunidade civil no sistema judiciário como mediador legítimo de conflitos.

É visível que a violência, com o passar dos anos, demonstra uma figura de desordem, sendo de difícil controle e conseqüentemente gerando insegurança para a população (AMARAL, 2010).

Logo, a partir disso, por volta da década de 90, o encarceramento em massa surge como estratégia de segurança pública para pretensamente reduzir a violência, ação que resultou em presídios lotados e tratamento desumano aos encarcerados. A partir disso, o estado de São Paulo vivenciou a criação e expansão de uma facção criminosa, denominada PCC, sendo usada e colocada como grande referencial no contexto da violência urbana (FELTRAN, 2012).

Vale ressaltar que esta facção chamada PCC provém de condutas de dentro dos presídios do estado de São Paulo, que nasce como reivindicação das péssimas condições de vida que eram impostas aos encarcerados e teve inspiração no Comando Vermelho (CV) presente no Estado do Rio de Janeiro (FELTRAN, 2007; BIONDI, 2018).

A facção passou a ser reconhecida pelas autoridades em 2001, após a "mega-rebelião", onde 28 unidades prisionais iniciaram rebeliões simultâneas comandadas

pelo PCC. É importante ressaltar que após a desativação do “Carandiru” - em 2002 - grande parte da população carcerária foi separada e realocada em presídios por todo o estado, o que acabou por pulverizar integrantes do PCC, que encontravam-se em prisões do interior do estado ou locais mais afastados, “sumindo” da visão da população (BIONDI, 2009).

Juntamente com o ocorrido de 2001, o PCC liderou também os atentados sofridos em 2003 e 2004, onde os membros da facção exigiam a soltura de seus líderes dos presídios (BIONDI, 2009).

Há ainda um destaque a ser feito, quando PCC e CV se unem, na tentativa de organizar um “quartel general”, realizando assim trocas de experiências, ideias e alianças. Portanto é perceptível uma nova construção de criminalidade e um início de nacionalização dessas facções, abrindo portas para novas facções e uniões (FELTRAN, 2018; MANSO; DIAS, 2018).

Importante destacar que as facções são muito bem estruturadas, como se fossem realmente uma empresa, com o maior foco de atuação criminosa com vendas de armas de fogo e tráfico de drogas, sendo assim uma “ponte” para homicídios, assaltos, sequestros e outras formas de violência que assombram a população (ARAÚJO, 2018).

O PCC transformou o universo político e social de quem fosse da facção, com leis próprias, narrativas que muitas vezes são noticiadas pela mídia, criando redes de seguidores leais e fiéis a facção, demonstrando ainda poder e busca de “direitos” dentro e fora dos sistemas prisionais (DYNA, 2023).

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 Surgimento do PCC

No ano de 1993, o estado de São Paulo vivenciou a expansão de uma facção criminosa, denominada Primeiro Comando da Capital (PCC) ou 15.3.3 (número das letras PCC no alfabeto), sendo criada, segundo diferentes estudos (HARTMANN, 2011; MARINHO, 2019; FELTRAN, 2012), na Casa de Custódia de Taubaté a partir de disputas de futebol entre os detentos

Porém é importante destacar que há muito tempo já era comentado que existiam organizações criminosas dentro das prisões. Em 1995 uma repórter da rede de televisão Bandeirantes (BAND) já alertava para a existência de um Partido do Crime no sistema prisional brasileiro (MAIA, 2009).

Vale ressaltar que esta facção chamada PCC provém de uma conduta dos chamados “malandrões”, ou seja, de presos que se filiaram a facção criminosa e exploravam presos que não aderiram aos mesmos conceitos por estes defendidos, logo o intuito é sempre criarem suas próprias regras para que possam repercutir e dar cada vez mais força para o movimento, portanto até mesmo pessoas que não fazem parte da facção acabam por corroborar com a “disciplina” imposta por eles, seja por medo de represália ou por compactuarem com os conceitos do PCC (BIONDI, 2018).

Neste período, os oito criadores da facção (com os codinomes: Miza, Cesinha, Geleião, Eduardo Cara Gorda, Paixão, Isaías Esquisito, Dafé e Bicho Feio), realizaram uma aliança com o intuito de se proteger e resistir as punições dos agentes penitenciários, após um conflito resultante em morte durante uma dessas partidas de futebol corriqueiras no presídio (DYNA, 2023).

Amorim (2004), traz uma passagem em seu livro, sobre o momento da criação do PCC:

Na cela sempre escura da Casa de Custódia de Taubaté [interior de São Paulo], numa quinta-feira, os seis detentos ainda estavam com as camisas suadas. [...] O talento com a bola tinha rendido a eles fama e liderança na prisão. E também um nome para o time: “Comando da Capital”. Transferidos de São Paulo para o interior, foram desafiados pelo time local [da cadeia], formado por presos da terra: “Os Caipiras”. Naquela noite, mais uma vitória. Cesinha, franzino de olhos incrivelmente vivos, questiona os companheiros de penas: ‘- Nossa união e luta vai se resumir à vitória no futebol? Por que não aproveitamos esta força para lutar pelos nossos direitos? Até quando vamos ser tratados assim, sem respeito?’ Geléia [José Márcio Felício], amigo de coração e de crime de Cesinha [César Augusto Roriz], acompanhou o discurso inflamado do outro e também falou naquela noite: ‘- Como vamos

chamar esse novo 'time'? - Primeiro Comando da Capital – batizou Cesinha, usando parte do nome do time que os consagrara na cadeia.' (AMORIM, 2004, p. 374)

Observa-se que esta aliança ia muito além de uma simples proteção, funcionava como um pacto de defesa, onde se um fosse ofendido ou agredido, todos “tomariam as dores”, iniciando assim a criação do PCC (DYNA, 2023).

Nesta época o então diretor do “Carandiru”, José Ismael Pedrosa, havia sido transferido para a Casa de Custódia de Taubaté, por conta do grande massacre no “Carandiru” em 1992, porém sua transferência trouxe mais violência, revolta dos presos e falta de controle da situação no local, sendo um fator relevante para o PCC se firmar. (SILVESTRE, 2008; DYNA, 2023).

Observa-se que estes fatos, como a transferência do diretor do presídio e as más condições de vida que muitos presos relatavam, estavam gerando revolta nos presidiários, logo os massacres ocorridos e o sentimento de “se proteger” ficavam cada vez mais forte, fazendo com as alianças fossem criando “raízes” dentro dos membros do PCC.

A expansão desta facção pode também ser associada ao famoso presídio do “Carandiru”, em São Paulo, como já mencionado, que ficou ativo de 1920 até 2002. No período de 2001, com a “mega-rebelião” houve a denominada primeira ação do PCC, sendo assim seu crescimento e popularização foi silencioso e ardiloso, logo grande parte da população não teve conhecimento de seu nascimento (BIONDI, 2009).

É importante ressaltar que após a desativação do “Carandiru” grande parte da população carcerária aliou-se ao PCC. Os presos agora concentravam-se em prisões do interior do estado ou locais mais afastados, “sumindo” da visão da população destas grandes cidades (BIONDI, 2009).

2.2 Mega-rebeliões no Estado de São Paulo e o PCC

Como mencionado no tópico anterior, as altas taxas de encarceramento do sistema prisional é um dos fatores que levou a revolta dos presos e contribuiu como um dos motivos para a criação da facção.

A partir disto é relevante citar as grandes brigas e rebeliões que foram constantes durante muitos anos nestes locais. Na década de 90 estes fatos eram

graves, exacerbados e cada vez mais longos, sempre com reivindicações de melhores condições e melhores administrações aos detentos (DIAS, 2011).

Durante todos esses anos houve diversas rebeliões e motins, porém vale destaque para as “mega-rebeliões” de 2001 e 2006, para destacar a presença do PCC.

Na “mega-rebelião” de 2001 foram 29 instituições prisionais que simultaneamente viveram um grande motim, aparecendo nelas faixas com a sigla da facção, os lemas e símbolos, sendo algo inédito e inesperado pelo sistema e suas gestões, demonstrando a consolidação da facção e seu sucesso entre os detentos. Este fato terminou com 16 presos mortos e dezenas feridos, tendo uma participação de aproximadamente 27 mil detentos. Neste contexto, o Governo do Estado reconheceu a organização como criminosa (BIONDI, 2009; DIAS, 2011; OLIVEIRA, 2016).

No trecho a seguir, pode-se notar como esta ação ocorreu:

Durante a noite de sábado e a madrugada de domingo, os líderes do Primeiro Comando da Capital (PCC), espalhados por presídios em quase todo o Estado de São Paulo, decretam a revolta. A principal arma dos revoltosos é o telefone celular, introduzido nas celas com a conivência dos guardas. [...] Eles passam horas falando nos pequenos aparelhos telefônicos. Não foram detectados. Mas foram atendidos pela metade de todos os 60 mil encarcerados. A ordem [...] é muito simples: quando as visitas estiverem dentro dos muros, no domingo, dia quase sagrado de receber os familiares, as crianças, amigos, começa o levante. (AMORIM, 2004, p. 385)

Um pouco antes desta rebelião, uma equipe de visitantes já havia relatado os diversos problemas carcerários que as prisões do estado de São Paulo estavam sofrendo, seja por superlotação ou por outros graves desrespeitos aos direitos humanos (CAMPOS; SANTOS, 2004).

A partir dessa “mega-rebelião” o Estado buscou tomar medidas para demonstrar a população que ainda estava no controle da situação, criando assim em 2001 o chamado Regime Disciplinar Diferenciado (RDD)³, destinado aos líderes do PCC e a detentos que fossem “rebeldes”. Neste regime de reclusão a primeira tentativa era aplicar um regime de 180 dias de RDD ao preso, caso houvesse reincidência eram aplicados 360 dias (MOREIRA, 2015).

³ RDD: medida criada pelo Governo de São Paulo, consistindo em recolher presos rebeldes em celas individuais, mantendo-os lá por até 360 dias. Sendo aplicada como maneira de correção para estes detentos.

Porém observa-se que essa medida não foi tão eficiente quanto o esperado, afinal as facções continuaram em ascensão, ocorrendo ainda a expansão do PCC de forma rápida entre os presos, logo o RDD mostrou-se apenas como uma forma do Estado demonstrar que estava a tomar medidas quanto a problemática (PEREIRA, 2021).

Uma demonstração desse fato é que em 2006 houve a segunda “mega-rebelião”, em 84 instituições prisionais, onde 10 destas já fora do estado de São Paulo, demonstrando a expansão da facção para outros locais do país.

Também vinculado a esta rebelião, houve 299 ataques a órgãos públicos, vários ônibus incendiados, ataques a agências bancárias, além da morte de 42 agentes de segurança e policiais (OLIVEIRA, 2016).

Esta segunda rebelião teve como pauta a transferência de detentos, sendo os líderes da facção, para presídios de segurança máxima no interior do estado de São Paulo, porém o governo da época manteve sua decisão firme em relação a efetivação das transferências (REGINATO; MOREIRA, 2015).

É perceptível assim que com a expansão do PCC ações começaram a ser efetivadas fora dos sistemas prisionais, evidenciando uma gestão e organização por parte da facção e seus membros.

2.3 Facção dentro do sistema prisional

No início de sua criação, o PCC era uma organização com membros centralizados, estabelecendo uma pirâmide hierárquica com incidência sobre os outros detentos e, portanto, estabelecendo ordem e regras que deveriam ser obedecidas. Porém, com o tempo e a expansão da facção, muitos presos demonstravam insatisfação com o sistema adotado, principalmente por integrantes como Geleião e Cesinha que utilizavam este poder para “se aproveitar” de outros detentos (OLIVEIRA, 2016).

A partir disto foram realizadas modificações até chegarmos nos dias atuais. Uma etapa importante foi quando se estabeleceu uma liderança única, então exercida por Marcola, que apresenta e enfatiza que o PCC leva o lema “paz, justiça, liberdade e igualdade”. Marcola foi considerado o líder por muitos, porém desde sempre recusa o título e neste momento encontra-se preso em Presidente Venceslau (interior de São Paulo), um presídio de segurança máxima (OLIVEIRA, 2016).

Marcola “assumiu” o comando da organização em 2003, com a criação de tribunais entre os membros para evitar desentendimentos, porém com novas ações como o terrorismo, explosões de transportes públicos e assassinatos de autoridades, sendo mais uma questão relevante para a expansão do PCC no encarceramento, afinal este novo líder demonstrava nova forma de agir e pensar (REIS, 2021).

Vale ressaltar que para que um novo membro seja aceito na facção há uma espécie de “ritual de batismo”, logo este indivíduo passa a ser um “irmão” dos outros integrantes, deve seguir o regimento do PCC, jurar fidelidade para sempre e ainda realizar pagamentos mensais a organização, pagamentos estes que podem variar de 600 a 1.500 reais (SOUZA, 2009).

O PCC exige ainda que o indivíduo, dentro ou fora da prisão, deva cumprir com suas obrigações e obediência ao comando, além de sempre colocar a facção acima de quaisquer vontades sua ou de outros. É visível que há uma “cultura” de bem maior do que individual (OLIVEIRA, 2019).

A partir da implantação do PCC, nota-se que dentro do sistema prisional houve grande redução do número de mortes entre detentos, melhoria na adequação quanto ao respeito dos direitos humanos, seja entre eles ou entre a administração das prisões, resultando em uma melhor convivência dentro das penitenciárias (SOUZA, 2009; OLIVEIRA, 2019).

Com isto em mente, observa-se que algumas leis entre estes indivíduos foram mudadas, sendo estas: Diferenciação funcional onde foram adicionados vários setores dentro do organização como o responsável pela cozinha, pela faxina, pela cobrança de dívidas, logo cada membro tem sua função para que o PCC funcione, anteriormente esta divisão não ocorria e todos faziam de tudo um pouco para que o movimento fosse mantido e organizado; Gradação das Punições, com uma mudança das punições aos integrantes, onde anteriormente ocorriam execuções por qualquer motivo e agora há apenas a exclusão do membro da facção, além de suspensões por determinados períodos, dependendo da gravidade do erro cometido; Proibição do Porte de Facas, sendo considerada uma medida para melhoria do convívio entre os detentos, principalmente por conta da insegurança que muitos alegavam, além das diversas mortes que ocorriam nos sistemas prisionais; e por fim a Mudança na Forma de Matar onde atualmente os membros do movimento não toleram mortes com golpes de faca ou estiletes dentro da prisão, seja qual for o motivo, afinal eram métodos muito utilizados anteriormente, portanto atualmente somente a utilização de meios como

enforcamento são admitidos, para que não haja rastros do verdadeiro executor (DIAS, 2014).

Sendo assim, pode-se dizer que com a entrada de novos líderes no PCC e com o passar do tempo, suas “regras” precisaram ser modificadas buscando uma melhor adequação para os detentos, mas vale ressaltar que essas questões são de complexo entendimento.

2.4 Expansão pelo Brasil

O encarceramento em massa pode ser considerado um dos motivos para a grande expansão do PCC pelo Brasil, principalmente a partir das diversas transferências de presos (DUARTE, 2021).

Segundo Dias (2011) grande parte do início da disseminação do PCC pelo país é proveniente da primeira mega-rebelião, afinal foi muito noticiada pela mídia, além da implantação na época do RDD para que a gestão conseguisse ter certo controle sobre os presidiários, ocasionando ainda mais revolta e rebeliões em diversos presídios.

A facção preocupou-se, em primeiro lugar, com as questões financeiras. Alguns assaltos milionários foram realizados, com o intuito de conseguir dinheiro para compra de drogas, armas e aparelhos celulares, facilitando sua organização e articulação (DIAS, 2013).

Com estas ações o governo, notando que o PCC estava se consolidando e com o objetivo de separar os líderes, fez diversas transferências destes membros para outras instituições prisionais. O real efeito dessa tomada de decisão foi um “efeito rebote”, fazendo com que a facção se espalhasse, onde estes membros começaram a disseminar suas ideias, objetivos e dizeres, portanto, muitos detentos acabaram se aliando ao grupo (BIGOLI; BEZERRO; 2014).

Vale ressaltar ainda fatores como: a disseminação do uso de aparelhos celulares; consumo de drogas como a cocaína; aumento do encarceramento no Brasil; e a presença de vários líderes de facções por conta das diversas transferências, no sistema prisional brasileiro, são questões que levaram a disseminação dessas organizações, fazendo com que o contato entre estes fosse maior e contribuindo para o aumento de integrantes (DIOGO, 2022).

A partir disso ficou visível uma disseminação da facção em diversos estados, como Minas Gerais, onde segundo a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) a Penitenciária Nelson Hungria (em Belo Horizonte) acomodava cerca de 200 presos pertencentes ao PCC (DUARTE, 2021).

Observa-se ainda que estados como Mato Grosso do Sul e Paraná, por terem passagens de líderes do PCC em seus presídios, apresentam forte aderência a organização, facilitando a aproximação com os líderes de facções e grupos locais. Além disso há questões de passagem de drogas e armas pelas fronteiras do país, logo é interessante para a facção que ocorram essas alianças e filiações, sendo ainda considerados estados desenvolvidos com maior autonomia e capacidade para cumprir atividades desejadas, adiante de serem estados que realizam divisa com São Paulo, facilitando as comunicações e demonstrando conquista de territórios (DIOGO, 2022).

Pode-se citar ainda a disseminação nas chamadas “quebradas”, territórios onde os membros do PCC fazem uso da sua gestão e “tomam” para si. Vale dizer que nestes locais a facção encontra refúgio e formas de regular e pacificar seus conflitos, através de seus “irmãos de rua”, portanto torna-se relevante a interação e harmonia entre a rua e a facção (DIOGO, 2022).

Observa-se que a partir de 2001, com a liderança de Marcola, a facção começou a dominar as chamadas “quebradas” (pontos responsáveis por venda de drogas), logo uma visão empresarial começou a ser relevante para os integrantes do grupo, com o intuito de ser um monopólio no assunto (BIONDI, 2007; FELTRAN, 2018).

Em 2019, quando Marcola foi transferido para um presídio do Distrito Federal, o governo do estado recorreu à justiça com pedido de retirada do membro do PCC do estado, alegando mudanças na segurança pública, sendo afetada por onda de violência, aumento de assaltos e da insegurança dos moradores, elencando mais um fator da forte expansão da organização pelo Brasil (MELO, et al., 2020)

Há ainda fatores como algumas medidas que os primeiros fundadores da facção adotavam, como: Apoio da Sintonia Fina onde só contratavam advogados ou responsáveis por finanças que fossem de total confiança da facção; Sintonia Geral da Rua com o intuito de tomar decisões para o PCC nas ruas, já dividindo-se em diversos locais do estado de São Paulo; Sintonia Geral do Sistema com o objetivo de tomar decisões dentro dos presídios; e Sistema Geral dos Outros Estados para administrar, coordenar e organizar grupos em outros estados do Brasil, portanto é notável como

grupo foi crescendo, conseguindo aliados e logo realizando uma grande expansão pelos estados e prisões do país (DUARTE, 2022).

Pode-se também associar essa expansão as questões midiáticas, como já mencionado, onde muitos jornais como Folha de São Paulo em 2011 e em 2018 com a Denúncia do Ministério Público de São Paulo alegando que o PCC é a maior facção em atuação no país, com cerca de 30 mil membros, observa-se assim que o assunto foi muito comentado e muitas informações foram difundidas e mesmo que sem certezas é perceptível que este fato tenha auxiliado na expansão do grupo (DUARTE, 2022).

Segundo Biondi (2018) as mulheres dos presos são também pessoas contribuintes para a expansão da facção, no sentido que se tornam “espelho” do marido preso, sendo um efeito multiplicador dos desejos do PCC e seus membros. Além de fatos como a “moral do crime” onde moradores ou pessoas próximas a locais dominados pela facção preferem acreditar ou dar vez aos criminosos, pois em suas visões estes resolvem os problemas melhor que o Estado, facilitando a disseminação dos dizeres da facção (WILLIS, 2015).

2.5 União com o Comando Vermelho (CV)

Sabe-se que o PCC é inspirado na maior facção do Rio de Janeiro, denominada Comando Vermelho (CV), pode-se analisar este fato inclusive pelo estatuto do PCC, onde há muitas ideologias e inspiração do CV, principalmente sobre questões de respeito ao regulamento e seus membros (ESPÍNDULA, 2018).

Segundo Amorim (2011), já no ano de 2002 haviam indícios e boatos sobre a união destas duas facções, provindas de diversas apreensões conjuntas de drogas, por policiais de São Paulo, onde haviam vários lotes identificados com as siglas dessas organizações.

Nota-se ainda que a relação entre estas duas organizações, aconteceu de fato quando líderes do PCC foram transferidos para o sistema prisional do Rio de Janeiro, por volta do ano 2000, logo as alianças começaram a ser firmadas, iniciando com autorização para instalações de pontos de venda de drogas por parte do CV e negociações de armas por parte do PCC (SOUZA, 2007).

A partir dessas alianças, iniciaram-se também alguns conflitos por conta da hegemonia que cada facção deseja ter, englobando questões de vendas de drogas

nas fronteiras do Brasil e falta de pagamentos acordados, logo em 2016 estas alianças foram rompidas, além disso o CV teria aliado-se a facções criminosas inimigas do PCC, o que estremeceu ainda mais as relações entre os dois movimentos (ESPÍNDULA, 2018).

No trecho a seguir, de Werneck (2017), este rompimento fica mais claro:

Inicialmente, acreditou-se que o racha se deveu ao assassinato de um traficante transnacional brasileiro que atuava na área de fronteira chamado Jorge Rafaat, o que poderia ocasionar um prejuízo financeiro considerável ao Comando Vermelho no tocante ao controle das rotas das drogas que eram compartilhadas pelas duas facções. Tal assassinato se deu pouco antes do racha entre as facções. Contudo, posteriormente, o próprio PCC lançou um comunicado (um “salve”) explicando o motivo do racha. Neste “salve” fica claro que o racha se deu em razão das alianças que o Comando Vermelho firmou com facções de outros estados, que são inimigas do PCC e que tentam impedir que este se torne hegemônico no país. Isto representou um golpe na pretensão empresarial do PCC em expandir seus negócios e criar um monopólio do crime organizado.

Este rompimento gerou diversas mortes e conflitos sangrentos entre os membros das duas facções, abalando o sistema prisional brasileiro, devido a recorrência desses acontecimentos, logo a busca pelo domínio das rotas de drogas intensificou-se fazendo com que o crime organizado ficasse cada mais violento e intenso (ESPÍNDULA, 2018).

3. RESULTADOS

3.1 PCC e suas consequências

O fortalecimento da facção do PCC é um assunto complexo e de extrema relevância de ser retratado, afinal há diversos aspectos que afetam tanto as comunidades como os governos.

Com isto em mente, segundo Duarte (2021), a expansão do PCC e sua notoriedade trata-se principalmente de um movimento organizacional que seus membros e adeptos criaram e através do estatuto implementado conseguem colocar em prática tudo que pensam e entendem como correto.

Antes de sua criação, muitos presos relatam que as subordinações por conta de drogas, ou por falta de pagamento de despesas dentro das prisões, ocasionava problemas de violência física e moral entre os detentos, sendo esta a base das relações entre os presos, antes do PCC, onde cada um agia como preferia e de acordo com seus próprios interesses (PEREIRA, 2021).

Justifica-se, com base neste fato, a expansão rápida e repentina da facção, sendo também proveniente de fatores comerciais e de “tomadas” de territórios em busca de ampliação comercial de vendas de drogas e armas de fogo, justificando a aliança, em determinados momentos, com outras facções como o CV.

Pode-se notar também que o Estado demorou a denominar a organização como criminosa, abrindo “brechas” para que esta se desenvolvesse e para que a população obtivesse pouco conhecimento sobre o assunto, fato este que é observado com as mega-rebeliões em diversas regiões do estado de São Paulo e mais tarde em outros estados do Brasil.

Outro fator relevante que contribuiu e ainda contribui para essa expansão está relacionada à expansão tecnológica que o mundo vive, facilitando diversas movimentações, seja por meio de aparelhos *smartphones*, ou pelo acesso a internet, digitalização de textos e/ou imagens, logo ficou “fácil” a disseminação de mensagens e teorias, portanto este fator tornou-se um “amigo” e “contribuinte” do PCC (DIAS, 2011).

Este precedente também está ligado a chegada da facção às “quebradas”, afinal a comunicação foi simplificada, tornando-se mais eficiente e rápida entre os integrantes. Existem dados que dizem que desde 1998 já existiam linhas ativas para

o PCC, multiplicando-se nos anos 2000 com sua popularização entre os presidiários e membros fora do sistema prisional (MANSO; DIAS, 2017).

Nos anos de 2005 a 2014, as unidades prisionais registraram um aumento de 66% na quantidade de pessoas presas, elencando uma mudança de postura da segurança pública, logo muitos fugitivos e membros de facções acabaram presos e consequentemente iniciaram um compartilhamento de suas ideologias com outros presos, sendo assim uma fonte de disseminação das organizações criminosas, seja a partir da criação de novas facções ou pela entrada de novos membros no PCC, justificando mais uma vez a alta aderência a instituição (MANSO; DIAS, 2017).

Identifica-se também que em 2006, no estado de São Paulo, um aumento de 70% nas taxas de homicídios, entre os meses de abril e maio, sendo justamente um período onde a segurança pública iniciou ações de transferências de presos para sistemas prisionais de segurança máxima, logo o PCC sentiu-se intimidado e fez “ataques de terror” contra a medida tomada pelo estado, que alegava ter ouvido ligações e intermediações sobre uma nova rebelião (FELTRAN et al., 2022).

Entre 2004 e 2014, no Rio Grande do Norte, a taxa de homicídios chegou a 308% de aumento, se comparada com os anos 90, onde era considerado um dos estados menos violentos do Brasil. Este notório aumento, pode ser enfatizado pelo uso das tecnologias, além da ação de grupos locais que neste momento, aliados ao PCC, encontravam-se em condições de obter armas mais poderosas e drogas ilícitas, portanto a “tomada” de território e a busca pelo chamado “botar medo e mostrar quem manda” eram evidentes.

O PCC conseguiu ainda construir alianças com funcionários das prisões onde encontravam-se presos, jurando fidelidade à organização, com isto estes detentos eram “premiados” com itens de higiene pessoal como sabonetes, *shampoo* e roupas. Vale ressaltar que muitas vezes essas pessoas eram recrutadas fora do sistema prisional, por mulheres de presos ou pelos “irmãos” da facção, buscando com que estes detentos fossem melhores tratados e protegidos dentro das prisões (BIGOLI; BEZERRA, 2014).

Há ainda as questões de mudança de comportamento da facção, a partir da sua expansão, onde houve uma mudança de estatuto. Uma das mudanças foi a “proibição” de matar alguém sem devida autorização, fosse nas “quebradas”, nas ruas ou dentro das prisões. Observa-se que esta nova ideologia traz uma ideia de poder

sobre os integrantes, afinal qualquer problema com dívidas ou desentendimentos agora seriam resolvidos com consentimento dos líderes do grupo (FELTRAN, 2012).

Nota-se que para os membros da facção as ações que foram e ainda são tomadas tornam-se verdade para si próprios, passando da ideia inicial de reivindicar melhores condições para os detentos para uma atitude de criminalidade, enfatizando essa mudança de postura para que a facção se torne algo grandioso, com “poder absoluto” onde quer que fosse.

A expansão do PCC está ligada também às questões de abusos sexuais que ocorreram e ocorrem no sistema prisional, estas relações não eram bem vistas pelo grupo, logo quem se aliasse ou desejasse se aliar, não poderia compactuar com tais atitudes, logo muitos abusados aliaram-se à facção em busca de “proteção”, fazendo com que o controle das prisões fosse mais evidente (PEREIRA, 2021).

Esta facção, por conta desse movimento de expansão, pode ser vista como uma figura importante desse processo social e financeiro do “mundo do crime” e do sistema carcerário, sendo englobado por leis, estatutos, líderes e membros que seguem fielmente a organização, fazendo com que essa disseminação fosse constante e de certa forma eficiente entre os detentos (DIAS, 2011).

Segundo Mendes (2001), este sistema se parecia com algo feudal, com seus líderes sendo “endeusados”, onde os integrantes não tinham voz nas decisões, apenas obedeciam e realizam as atividades impostas por seus superiores. Este fato justifica a mudança de grande adesão causada quando Marcola assumiu a liderança da facção com o novo lema de igualdade.

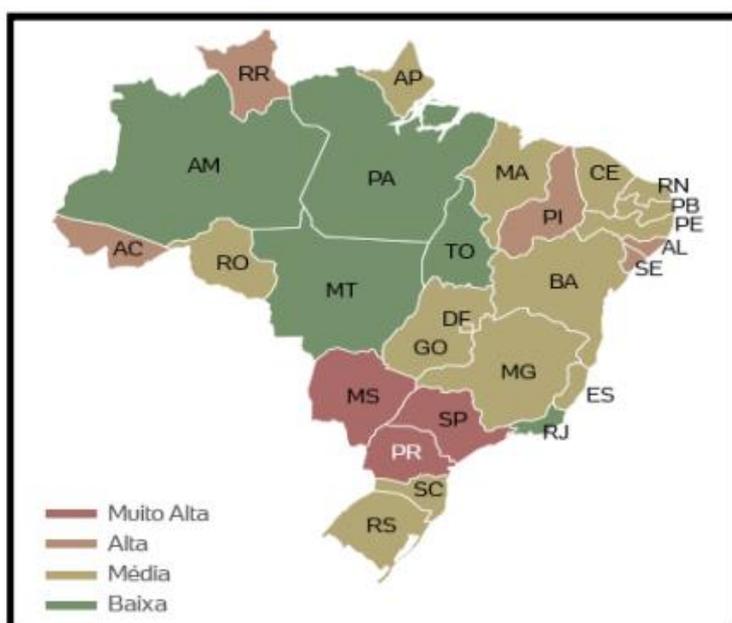
Observa-se que no sistema prisional sempre perdurou a “lei do mais forte”, onde detentos com mais força física, mais intimidadores e que possuíam maior venda de drogas acabam por ter vantagens e conseguem “dominar” o local facilmente, logo é visível que o ambiente muitas vezes está associado a violência também entre os presos.

Com a entrada de Marcola no sistema, a o PCC tornou-se mais organizado, dedicado a entender estratégias de guerra e gostava de aplicar seus objetivos no crescimento da organização, tendo como maior almejo conseguir a anistia de todos os crimes no Brasil, portanto ao se tornar o novo líder da facção mudou o foco para que houvesse mais proteção para os presos e seus familiares, fazendo com que os laços entre os integrantes se estreitassem e se tornassem uma “família” (REIS, 2021).

É notável que com a nova liderança e com a ascensão da facção, muitos detentos começaram a se interessar intelectualmente pelo crime, com trocas de conhecimentos entre os presos, leituras de livros sobre guerras, conceitos da história e da filosofia, para que entendessem melhor a suas situações e seu lugar no PCC, portanto o conhecimento tornou-se relevante para os integrantes (REGINATO; MOREIRA, 2015).

Na figura 1, pode-se observar como a expansão da facção era eminente em 2018 em todo o país.

Figura 1 – Expansão do PCC no Brasil em 2018



Fonte: MANSO, 2018.

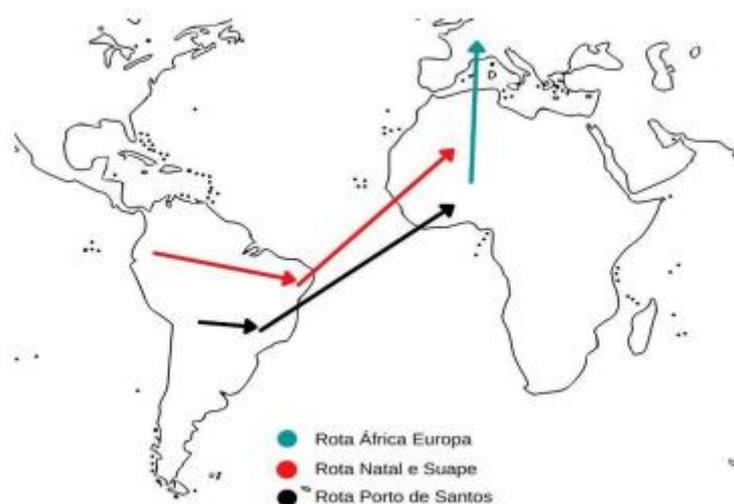
Nota-se que assim como mencionado na revisão bibliográfica deste trabalho, estados como Mato Grosso do Sul e Paraná apresentam grande expansão da facção, principalmente por fazerem fronteira com o estado de São Paulo, facilitando a compra e venda de drogas e armas, além do contato entre os membros e presidiários participantes da organização. Há ainda o estado do Acre, que pode ser mencionado, por fazer fronteira com o Peru e estar muito próximo a Colômbia, facilitando também a compra e venda de materiais de fora e demonstrando como a facção foi conquistando seu “espaço”.

É visível que estes mercados em que a facção está envolvida contribuem também para as brigas entre facções, afinal como trata-se de venda e compra de

mercadorias ilegais, há uma concorrência entre os vendedores, logo uma forma de afugentá-los torna-se eliminá-los, seja de maneira violenta (com assassinatos) ou de maneira associativa, fazendo com que estes concorrentes se juntem ou se tornem do PCC, esta última muito visada e defendida por Marcola após se tornar líder da facção (REIS, 2021).

Identifica-se, no período de 2016 a 2020, uma “guerra” entre as facções, visando conquistar a rota de vendas de drogas para África e Europa, logo houve um aumento de mortes nos sistemas penitenciários, de 3 em 2016 para 13,6 em 2020, demonstrando que o forte poder do PCC nos presídios é evidente e leva consequências de assuntos que ocorrem dentro e fora das prisões (REIS, 2021). Na figura pode-se observar como estas rotas de tráfico são realizadas pela facção.

Figura 2 – Rota de tráfico do PCC (2016-2020)



Fonte: REIS, 2021

Com estes fatos é perceptível como o PCC tem se expandido e como faz para “dominar” seus concorrentes, não aliados ou pessoas que “atrapalhem” seu funcionamento, gerando ondas de violência e agregando cada vez mais integrantes para a facção.

Pensando nesses quesitos, o PCC tem seu próprio estatuto, como já mencionado na revisão bibliográfica deste trabalho, e encontra-se na sua terceira versão, pensando principalmente na coletividade, muito defendida por Marcola, e no tráfico de drogas, ponto crucial que o atual líder visa e entende como prioridade para a expansão da facção (PEREIRA, 2021).

Vale ressaltar que o estatuto vigente já não traz menções ou qualquer forma de coligação com outras facções, como antes ocorria com o CV, evidenciando que as “guerras” por territórios e pontos de vendas de drogas influenciam muito o pensamento do atual líder e seus seguidores (PEREIRA, 2021).

Nota-se assim, que o PCC possui um regime rígido baseado nos ideais Paz, Justiça, Liberdade e União, desencadeando o interesse e a adesão dos detentos, além das “quebradas” que acabam por se inserir nesse meio, demonstrando o controle que essa facção tem nas instituições e nas ruas, seja para seu próprio bem estar ou em busca da “conquista” de território (ROMERO, 2019).

Vale ressaltar ainda que este movimento de expansão, de nova liderança e de novo estatuto evidencia laços de amizade, cooperação e organização entre os membros do PCC, demonstrando a ideologia de solidariedade tanto criminosa quanto econômica envolvida na facção (REIS, 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da discussão deste trabalho é notável que o PCC e as facções criminosas ainda estão presentes e de forma consistente nos sistemas prisionais e nas ruas, logo é importante que medidas de segurança pública sejam elencadas, visando a segurança da população e a contenção de práticas criminosas.

Observa-se que o sistema prisional apresenta também problemas de segurança quando trata-se dos presos, onde ainda ocorrem muitas mortes devido a disputa de território e ideologias, portanto este quesito precisa ser levado em consideração para que a situação desses indivíduos seja melhorada e conseqüentemente as manifestações criminosas sejam reduzidas e extintas.

Portanto, este é um problema a nível nacional, que engloba Estado e população, pois muitas vezes a sociedade está inserida nesses movimentos, mesmo sem perceber, o que leva a altos casos de roubo, mortes e violência.

REFEFÊNCIAS

- ABRAMOVAY, M. et al. Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas. 2002.
- AMARAL, L. O imaginário do medo: violência urbana e segregação espacial na cidade do Rio de Janeiro. **Contemporânea (Título não-corrente)**, v. 8, n. 1, p. 34-45, 2010.
- AMORIM, C. CV-PCC: a irmandade do crime. 11. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011
- ARAUJO, F. L. **De perto e de dentro: Globalização, violência e o poder das Facções Criminosas no Brasil**. 2018. Tese de Doutorado. Universidade de Lisboa (Portugal).
- AZEVEDO, R. G. de et al. Um estudo comparativo entre facções: o cenário de Porto Alegre e o de São Paulo. **Sistema Penal & Violência**, v. 7, n. 2, p. 161-174, 2016., 2016.
- BIGOLI, P. S.; BEZERRO, E. B. E. Facções criminosas: o caso do PCC-Primeiro Comando da Capital. In: **Colloquium Humanarum. ISSN: 1809-8207**. 2014. p. 71-84.
- BIONDI, K. Relações políticas e termos criminosos: o PCC e uma teoria do irmão-rede. *Teoria e Sociedade*, [S.L.], v. 15, n. 2, p. 206-235, jul. dez. 2007.
- BIONDI, K. Junto e misturado: imanência e transcendência no PCC. 2009.
- BIONDI, Karina. Uma ética que é disciplina: formulações conceituais a partir do 'crime' paulista. **Revista Fevereiro-Política, Teoria, Cultura**, v. 10, p. 304-319, 2018.
- BUORO, A. B. [et al.]. Violência urbana: dilemas e desafios. São Paulo: Atual, 1999. 64p.
- CAMPOS, L. M.; SANTOS, N.. O Crime Organizado e as prisões no Brasil. **Artigo Científico, CONPEDI, ciências penais UFG**, 2004.
- CERQUEIRA, D. R. C. et al. Atlas da violência 2019. 2019.
- DIAS, C. C. N. **Da pulverização ao monopólio da violência: expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista**. 2011. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

DIAS, C. C. N. **PCC: hegemonia nas prisões e monopólio da violência**. Editora Saraiva, 2013.

DIAS, C. C. N. Consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista e a nova configuração do poder. **L'Ordinaire des Amériques**, n. 216, 2014.

DIOGO, P. Da Cadeia à Fronteira: a transição territorial do Primeiro Comando da Capital. **Revista de Ciências Sociais-Brazil**, v. 53, n. 3, 2022.

DUARTE, T. PCC versus Estado? A expansão do grupo pelo Brasil. **Contemporânea-Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 11, n. 1, 2021.

DUARTE, T. L. Uma questão de força? Debates sobre prisões federais e expansão do Primeiro Comando da Capital (PCC). **Revista Direito GV**, v. 18, 2022.

DYNA, E. A. M. A complexidade e o enigma do Primeiro Comando da Capital: uma análise do surgimento sócio-histórico da facção. **Sociologias Plurais**, v. 9, n. 1, 2023.

ESPÍNDULA, F. S. **Considerações sobre as principais facções criminosas brasileiras: Comando Vermelho (CV) e Primeiro Comando da Capital (PCC) e os mecanismos do estado no combate e prevenção ao crime organizado**. Trabalho de Conclusão de Curso (Direito) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Araranguá, 2018.

FELTRAN, G. S. Governo que produz crime, crime que produz governo: o dispositivo de gestão do homicídio em São Paulo (1992–2011). **Revista brasileira de segurança pública**, v. 6, n. 2, 2012.

FELTRAN, G. S. **Irmãos: uma história do PCC**. Editora Companhia das Letras, 2018.

FELTRAN, G. et al. Variações nas taxas de homicídios no Brasil: Uma explicação centrada nos conflitos faccionais. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 15, p. 311-348, 2022.

HARTMANN, J C. F. **Crime organizado no Brasil**. 2011. Monografia. Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis.

HAYECK, C. M. Refletindo sobre a violência. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 1, n. 1, 2009.

MAIA, A. B. M. A origem do crime organizado no Brasil: conceito e aspectos históricos, 2009.

MANSO, B. P.; DIAS, C. N. PCC, sistema prisional e gestão do novo mundo do crime no Brasil. **Revista brasileira de segurança pública**, v. 11, n. 2, 2017.

MANSO, B. P.; DIAS, C. N. A guerra: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil. Editora Todavia SA, 2018.

MARINHO, C. H. Sobre a guerra: facções e crime no Brasil. **O Público e o Privado**, v. 17, n. 33 jan. jun, p. 329-340, 2019.

MELO, C. et al. A Transferência de Líderes de Organizações Criminosas Aumenta o Crime Local? O Caso de Marcola. **REVISTA BRASILEIRA DE EXECUÇÃO PENAL-RBEP**, v. 1, n. 2, p. 17-44, 2020.

MENDES, L. A. Memórias de um sobrevivente. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. 480 p.

MOREIRA, A. **As políticas públicas de Segurança do Estado de São Paulo e a expansão do Primeiro Comando da Capital (PCC) durante a década de 1990 e início dos anos 2000**. VIII Congresso Latino-Americano de Ciências Política, Lima, 2015.

NUCCI, G. S. **Curso de Direito Penal: Parte Geral: Arts. 1º a 120 do Código Penal**. 3.ed. Rio de Janeiro: Forense, p. 173, 2019.

OLIVEIRA, N. As influências do crime organizado: um olhar a partir do Primeiro Comando da Capital (PCC). 2016.

PEREIRA, E. T. **A interferência do PCC no sistema prisional brasileiro**. 79f. Monografia – Faculdade de Direito de Curitiba, Curitiba, 2021.

REIS, M. V. O Primeiro Comando da Capital (PCC) e o uso do terror como extensão da atividade criminosa. 2021.

REGINATO, S. S.; MOREIRA, G. R. M. O crime organizado no Brasil. **ETIC-ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA-ISSN 21-76-8498**, v. 11, n. 11, 2015.

ROMERO, G. S. Polícia, PCC e dispositivo letal em São Paulo. **Sociologias Plurais**, v. 5, n. 2, 2019.

SILVA, Luiz Antonio Machado da. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. **Sociedade e estado**, v. 19, p. 53-84, 2004.

SILVESTRE, . Controle do crime e seus operadores: política e segurança pública em São Paulo. Annablume Editora, 2018.

SOUZA, F. PCC: a facção. Rio de Janeiro: Record, 2007.

SOUZA, F.A. Organizações Criminosas: A problemática decorrente da inexistência de legislação apta a prevenir e reprimir o crime organizado, 2009.

SPOSITO, M. P. Um breve balanço da pesquisa sobre violência escolar no Brasil. **Educação e Pesquisa**, v. 27, n.1, p. 87–103, 2001.

TEIXEIRA, M. C. S.; PORTO, M. R. S. Violência, insegurança e imaginário do medo. **Cadernos Cedes**, v. 19, p. 51-66, 1998.

WERNECK, A. **O Comando Vermelho contrariou o interesse econômico do PCC, diz promotor**. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/o-comando-vermelho-contrariou-interesse-economico-do-pcc-diz-promotor-20756393>>. Acesso em: 08 jan. 2024.

WILLIS, G. D. **The killing consensus: police, organized crime, and the regulation of life and death in urban Brazil**. Univ of California Press, 2015.